

Viriato Soromenho Marques

Muito obrigado senhor presidente da mesa.

O que eu pretendia fazer nesta breve, por obrigação, intervenção é um exercício com três momentos principais. Gostaria de vos falar de uma coisa que está na ordem do dia, tão na ordem do dia que fui informado há pouco, por uma jornalista, que hoje mesmo, em reunião de Conselho de Ministros, foi aprovada uma resolução cujo teor não conheço ainda completamente, sobre a estratégia nacional do desenvolvimento sustentável, portanto mais na ordem do dia não podia estar.

Mas eu gostaria de abordar esse tema em três momentos. Primeiro, explicar-vos como é que pessoalmente, a minha história, como é que apareço neste processo. Segundo aspecto, identificar os principais elementos arquitectónicos dessa estratégia e, em terceiro lugar, correspondendo um pouco ao convite da própria Associação 25 de Abril, ver até que ponto a estratégia pode contribuir para determinar positivamente os próximos, não direi os próximos 30 anos, mas pelo menos a próxima década e em que medida a estratégia se relaciona fortemente com um aspecto cada vez mais importante que é a dimensão europeia da nossa política interna. Ou seja, hoje em dia a nossa política europeia joga-se do espaço europeu.

São estes os três aspectos. O primeiro aspecto não precisa de acetato e consiste no seguinte: em Dezembro do último ano de 2003 recebi um convite que depois foi formalizado em Janeiro de 2004, pelo então primeiro-ministro actualmente presidente indigitado da Comissão Europeia, para fazer parte de um pequeno grupo de trabalho, coordenado pela doutora Isabel Mota que trabalha nesta instituição da Gulbenkian, cujo a função seria de agarrar num processo que estaria a perder velocidade. Processo esse que tinha sido iniciado no final do antigo Governo, portanto na altura do primeiro-ministro António Guterres. E consistia na estratégia nacional de desenvolvimento sustentável. Estratégia e plano de implementação.

Ora bem, aceitei esse convite num espírito patriótico. Devo dizer que passei muitas horas do meu primeiro semestre deste ano, juntamente com os meus colegas de grupo a trabalhar no assunto e que resolvemos, no final do processo, que o nosso empenhamento seria tão patriótico que recusamos qualquer tipo de recompensa ou pagamento, trabalhamos de graça para o país. Mas esse empenhamento e oferta do nosso tempo não foram destituídos de uma ponta de esperança e realismo. Isto é: todos nós sabemos como é que as coisas funcionam no nosso país, todos nós sabemos como é que o nosso sistema político-partidário de facto se degradou nestes 30 anos, e como é muito difícil manter promessas, ainda por cima promessas de longo alcance de natureza estratégica.

Em qualquer dos casos vou vos dar conta do trabalho que fizemos e do espírito em que o fizemos. Como dizia o Humberto Rosa, o desenvolvimento sustentável no fundo é uma palavra que precisa de muita análise para não ser uma palavra ruidosa. Comporta estas três, diria quatro, vertentes principais. No fundo trata-se de tentar perceber hoje as políticas públicas de forma articulada.

A política de desenvolvimento sustentável não é uma segunda geração da política do ambiente, embora tenha, digamos, na dimensão ambiental uma matriz genética fundamental. É antes uma forma de articular políticas públicas

de ambiente, de dimensão económica, dimensão social e, evidentemente, tudo isto implica uma reorientação da dimensão político-institucional.

Por trás desta temática existe uma história já longa. No acetato só coloquei os elementos que me pareceram significativos. Evidentemente não pus aqui a parte arqueológica do aparecimento do conceito de desenvolvimento sustentável em 80. Não introduzi também o relatório **Bruteland** de 87, pus apenas algumas datas que me pareceram importantes.

No Rio de Janeiro o conceito de sustentabilidade aparece erguendo ou juntando dois pilares ou vertentes: a vertente ambiental e a vertente económica. Ou seja na altura não se falava ainda na dimensão social. Em 95 na Cimeira mundial da ONU de Copenhaga é agregada a dimensão social.

Outro aspecto que pode ter contribuído também para a temática na Europa da sustentabilidade foi justamente o Conselho Europeu de Cardiff que aposta na necessidade de integrar a dimensão ambiental nas políticas comuns da União, depois a estratégia de Lisboa aqui como uma obra incompleta. É muito curioso, porque inicialmente a estratégia de Lisboa, em Março de 2000, era acompanhada por um conjunto de 27 indicadores de natureza económica e social e um ano depois na Suécia, na mesma altura em que se aprovava a estratégia europeia de desenvolvimento sustentável, também se aprovou a perspectiva de agregar indicadores ambientais.

Hoje em dia a estratégia de Lisboa, com todas as suas limitações, é na verdade uma estratégia que tem uma dimensão de sustentabilidade que agrega indicadores sociais, económicos e ambientais. Há mais alguns aspectos que ali estão, destaco a Cimeira Mundial de Joanesburgo, que têm importância neste sentido. No sentido em que a ideia de conceber a estratégia de desenvolvimento sustentável que tinha feito o seu caminho sobretudo na Europa. Em Joanesburgo tornou-se uma ideia planetária. No final da sessão, o secretário-geral, Kofi Annan, fez um apelo para que em Janeiro de 2005, início da década de desenvolvimento sustentável, os países do mundo tivessem operacionalmente estratégias nacionais, neste domínio. E, nesta altura, o Governo português fez essa promessa. Para além disso, temos a promessa, feita num espaço público da dimensão da ONU, de termos um documento deste tipo operacional.

Outro aspecto que me parece também importante é a negociação, que está já em curso e que se vai acentuar nos próximos meses, do horizonte financeiro para a União Europeia entre 2007-2013. Estou convencido, e não é nenhuma convicção desprovida de base, que num contexto de retracção muito grande como é o actual, ou seja, em que temos mais dez países e, por outro lado, temos uma diminuição do orçamento da União, de 1,13 para 1 % do PIB da União, pelo menos assim pretendem os seis países contribuintes líquidos, que neste contexto vai ser muito difícil que Portugal continue a ter o tipo e qualidade dos fundos que tem, se não souber fundamentar muito bem as suas pretensões.

E se no passado os Quadros Comunitários de Apoio foram acompanhados por planos de desenvolvimento regional, eu recorde-me que quando era membro do Conselho Económico e Social, na altura em que Portugal foi dos primeiros países a apresentar o PDR, em 93, isto foi um factor de diferenciação positivo muito bom. Se Portugal não for capaz de justificar o que pretende para esse quadro financeiro numa linguagem coerente e articulada, falando nesta gramática nova do desenvolvimento sustentável, eu

julgo que nós vamos perder terreno claramente. E o risco neste momento é a Comissão ter feito um relatório de progresso sobre estratégias pelo que corremos o risco de ser o único país, juntamente com a Letónia, a não apresentar em Janeiro uma estratégia deste tipo, o que seria uma desgraça.

Muito rapidamente, em que consiste a estratégia. A estratégia tem seis objectivos. No fundo trata-se de agarrar em objectivos consensuais que partem da realidade portuguesa, de dificuldades estruturais que nós temos ao nível da educação, da literacia, do ordenamento ou do desordenamento do território, de questões relacionadas com a coesão social ou a falta dela, do papel activo de Portugal no mundo, são grandes objectivos estratégicos.

Não seguimos na estratégia o protótipo da União Europeia, no sentido que fomos bastante mais específicos. A estratégia europeia é uma estratégia global. Eu trago-vos apenas uma pequena exposição de alguns dos objectivos principais. Todos os tópicos que aqui estão e que correspondem às três vertentes ou aspectos: ambiental, social e económico, são evidentemente recuperados na estratégia nacional que propusemos, com mais detalhe, com muito mais pormenor. E o mais importante é que a estratégia está articulada com um plano de implementação. Mas em relação à Europa vemos perfeitamente aqui a visão que temos desde magnas questões ambientais, que vão desde as alterações climáticas, a questões como o combate à pobreza, por exemplo, a aspectos que também recuperamos na estratégia portuguesa mas de uma forma diferente.

Uma leitura muito rápida de alguns aspectos funcionais da estratégia. Penso que é o que nos pode interessar, até para ler a resolução que foi hoje aprovada. Saber ler no sentido de saber se esse documento vai ou não no espírito daquilo que foi produzido. A estratégia tem duas partes: nela temos indicado como conceitos, digamos mais operacionais, objectivos, vectores estratégicos, linhas de actuação e depois no plano, que é composto por aquilo que designamos por fichas estratégicas, temos então identificadas acções, metas, datas, acções de referência, situação actual, medidas programáticas, medidas financeiras e entidades ou entidade responsáveis.

Então o que aconteceu? Aconteceu que com a mudança de Governo, nós terminamos o trabalho a 2 de Julho, tivemos uma reunião com o então primeiro-ministro Durão Barroso e aquilo que foi resolvido é que a estratégia seria publicada na Internet, sem nenhum compromisso do Governo. O plano não, na medida em que o plano tinha sido negociado com um conjunto de ministérios e ministros que já não estavam no activo, e portanto a situação ficou um pouco na realidade virtual.

Um elemento que nos poderá ajudar a perceber a realidade desta resolução é o seguinte: a unidade de missão para o desenvolvimento sustentável. Nós propusemos, sendo a estratégia um documento para 11 anos – 2005-2015 –, que deveria existir uma unidade de missão, funcionando sob a responsabilidade do primeiro-ministro, não do ministro do Ambiente, e que teria um conjunto de tarefas, nomeadamente no fundo a de acompanhamento de execução da própria estratégia; articular o diálogo interdepartamental, o diálogo interministerial, dialogar com outras entidades que teriam funções de acompanhamento, como o caso do CNAS e o CES, de articulação com as entidades responsáveis pela monitorização. A ideia seria em termos de monitorização, a unidade de missão funcionar como uma entidade que ia recolher junto dos vários ministérios as informações disponíveis. Teria também

um papel no processo de avaliação, no envolvimento da sociedade civil e depois nos processos de revisão, ou seja, de 3 em 3 anos a estratégia deveria ser revista, ao nível do Governo e da Assembleia da República e também com debate público.

Na nossa perspectiva, as condições de possibilidade para o sucesso da estratégia implicam compreender a estratégia como um processo dinâmico, mas não como um estado, uma coisa consolidada, implica ter uma visão de longo prazo, implica colocar o interesse nacional e comum acima dos interesses corporativos, coisa que parece difícil mas sem isto nada feito. Organizar horizontalmente as políticas públicas com liderança forte do chefe de Governo, o primeiro-ministro. Incentivar a participação dos cidadãos e a cooperação do Estado, dos parceiros sociais, estabelecer um grande consenso estratégico no sistema político. Isto quer dizer que a estratégia e o plano deveriam ser aprovados depois de um grande debate no Parlamento e deveria passar a constituir uma estratégia nacional no sentido que devia ser capaz de recolher um apoio de um maior número possível de partidos políticos do nosso arco parlamentar. Ser uma estratégia que é pensada a 11 anos significa que vai ser passada para várias legislaturas, e não pode ser apenas um escalpe, um troféu de guerra de um Governo qualquer. Foi nesse espírito que a estratégia foi elaborada.

A própria unidade de missão, na minha perspectiva, deveria ser discutida com outros partidos, fora dos partidos da coligação, envolvendo também a comunidade científica.

Se me permitem dois minutos só para concluir. Em relação à segunda ou terceira parte da minha intervenção, porque é que isto é tão importante? Isto é tão importante porque se olharmos para aquilo que vai acontecer na União Europeia nos próximos 10 anos, no tempo correspondente à vigência da estratégia e das várias revisões, vimos que há todo um conjunto de assuntos que são cruciais para o nosso país que beneficiariam da existência de um documento que fosse capaz de ser uma bússola para as políticas públicas. Quais são eles? A revisão já no Conselho da Primavera de 2005 da Estratégia de Lisboa e das estratégias de desenvolvimento sustentável que vão ocorrer articuladamente; a própria revisão do VI Programa de Acção para o Ambiente, depois, no fundo, as avaliações regulares do tal processo de integração de Cardiff.

Um aspecto também muito importante é a revisão da Política Agrícola Comum. Como é sabido existem dois novos fundos que vão entrar em vigor a 1 de Janeiro de 2007. Os critérios para os mesmos têm de estar fechados no segundo semestre de 2006. Há imensas oportunidades do ponto de vista de medidas agro-ambientais de medidas relacionadas com o desenvolvimento rural que poderão ser muito importantes para a agricultura portuguesa, e a possibilidade de termos um documento de enquadramento, um chapéu digamos assim, estratégico na base de qual esta negociação é conduzida pode ser de uma importância decisiva.

Outro aspecto também importante, e que também tem consequências financeiras, é a estratégia de biodiversidade europeia estar a passar também por uma fase complexa. Como é sabido a rede Natura2000 e o seu financiamento são assuntos que estão longe de se encontrarem fechados. O que sabemos é que a lista de sítios terrestres da Rede Natura terá que estar concluída em 2005, os sítios marinhos em 2008.

Aspecto extremamente importante para o país, para a indústria, para os transportes, as alterações climáticas é um assunto de uma maior importância e o calendário não espera por nós. Em 2005, no próximo ano, vão começar negociações internacionais das partes para as reduções pós Quioto, pós 2012. Em 2006, o comércio de emissões vai entrar numa velocidade cruzeiro, em 2012 há um conjunto de objectivos que são importantes e que são comuns à União. 12% da energia de fontes renováveis, os subsídios a combustíveis fósseis serão eliminados. 7% do combustível rodoviário deve ser proveniente de fontes alternativas. Há uma série de desafios que vão mexer muito na nossa estrutura, não só industrial mas sobretudo no nosso sistema de transportes.

A questão das pescas e do mar. É preciso realmente estudar as coisas antes de fazer manchetes de jornal. É um assunto extremamente delicado, o que está a acontecer é uma metamorfose, que pode ser muito positiva para Portugal. A União Europeia, muito lentamente, está a sair de uma política estrita de pescas, para uma política integrada do mar onde a vertente ambiental e a vertente ao combate aos acidentes, por exemplo aos grandes acidentes com petroleiros, está a acontecer, a um conjunto de coisas novas que estão a ser feitas. Fala-se numa directiva quadro onde todos esses aspectos sejam integrados, uma espécie de uma directiva quadro, uma directiva mãe que se seja, digamos, como a directiva quadro da água foi para a água. Há um novo comissário das Pescas e dos Assuntos Marítimos, avançando uma visão muito mais aberta do que uma simples gestão dos *stocks*. Portanto, no fundo tudo isto tem de ser ponderado e tudo isto tem de ser relacionado com o debate do futuro da Constituição.

Evidentemente que um aspecto decisivo e que tem sido muito falado em Portugal, embora só nos aspectos digamos assim empresariais, é o relógio da directiva quadro da água que não pára. Ou seja, o processo de implementação passa por uma série de fases. Em 2004 deveria estar feito o processo de caracterização geral; em 2006 os programas de monitorização operacionais deveriam estar redigidos; a primeira fase dos planos de bacia deveria estar concluída em 2008 para depois serem aprovados até 2012 e em 2015 deveríamos ser capazes de ter um estado de boa qualidade que é no fundo o objectivo teleológico da directiva quadro.

Eu penso que tudo isto são aspectos que podemos antecipar, que fazem parte da agenda da União Europeia nos próximos 10 anos, que podem perfeitamente casar-se com uma estratégia nacional e respectivo plano de implementação, e só ganhamos se formos capazes com informação, com conhecimento, com responsabilidade, de saber articular uma coisa com a outra.